



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0012099-02.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Maria Rizia Batista Santos**
Requerido: **Companhia Paulista de Força e Luz Cpfl**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja ao recebimento de indenização por danos morais que a ré lhe causou ao cortar indevidamente a energia elétrica de sua residência.

A preliminar de ilegitimidade ativa ad causam arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a autora era locatária do imóvel em apreço (fls. 07/08) e isso lhe confere a possibilidade de figurar no polo ativo da relação processual.

Rejeito, pois, a prejudicial suscitada.

No mérito, o documento de fl. 10 demonstra que a interrupção da energia elétrica aconteceu, como alegado pela autora, tendo derivado da falta de pagamento de contas nele detalhadas.

Dentre elas, quatro se referiam a consumo ocorrido entre julho e novembro de 2012, ou seja, eram anteriores à época a partir da qual a autora passou a residir no imóvel.

Esse fato foi devidamente comunicado à ré no dia 07 de novembro de 2012 para que houvesse a alteração da titularidade da unidade consumidora (fl. 09).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Quanto às outras contas, foram pagas em seguida (fls. 11/12), mas ainda assim a ré não promoveu a religação da energia.

Ao contestar a ação, a ré argumentou que havia faturas pertinentes à unidade em apreço sem o devido pagamento e que agiu de forma regular; não lhe assiste razão, porém.

De início, observo que as pendências indicadas a fl. 19, parte superior, não se referem ao imóvel aqui versado (Rua São Francisco, 272), mas a outro (Rua Rio Amazonas, 321), pelo que devem ser desconsideradas.

De resto, é incontroverso que o pedido administrativo de fl. 09 foi apresentado devidamente, inexistindo motivo concreto para que a ré deixasse de alterar a titularidade daquela unidade consumidora.

Já no que concerne à necessidade de quitação de todas as dívidas pendentes, isso não se justifica porque a obrigação versada não é de natureza propter rem, tocando exclusivamente ao usuário do serviço, consoante preconiza a pacífica jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

*“O fornecimento de energia elétrica não tem relação direta com o bem, mas com o usuário, sendo daquele que efetivamente usufruiu do serviço a responsabilidade pelo pagamento da tarifa referente ao serviço prestado. Com esse mesmo entendimento: julgamento pela 30ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal de Justiça da apelação cível com revisão, registrada sob o nº 992.08.073.289-4, voto de relatoria do Des. Orlando Pistoresi” (Apelação nº 0001825- 37.2009.8.26.0301, 33ª Câmara de Direito Privado Rel. Des. **SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA**, j. 04/06/2012).*

*“Prestação de serviços - Energia - Não constitui obrigação propter rem a de pagar tarifa de serviços à concessionária de energia elétrica, tanto quanto a de água e esgoto. Daí que a responsabilidade por eventual débito, porque decorrente de período anterior à aquisição do imóvel, não é da atual proprietária - Tratando-se de dívida, real ou suposta, relativa a período pretérito e definido, não atual, não se admite o corte do serviço essencial de energia elétrica” (Apelação nº 992051378522 (912919000), 28ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **SILVIA ROCHA GOUVÊA**, j.22/09/2009).*

*“Cobrança - Prestação de serviços de água e esgoto. Débito que não tem caráter propter rem, tratando-se de obrigação pessoal. Ausência de solidariedade entre o locador e o locatário. Ação julgada procedente. Decisão mantida. Recurso não provido.” (Apelação nº 9175333-6.2007.8.26.0000, 17ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **PAULO PASTORE FILHO**, j. 31.01.2 012).*

Dessa forma, configurado o erro da ré, resta saber se daí deriva o direito à autora em receber indenização por dano moral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Reputo que a resposta há de ser positiva.

Isso porque nos dias de hoje é de conhecimento geral a importância que a energia elétrica possui para qualquer pessoa mediana.

No cotidiano de um lar, a ausência desse serviço rende ensejo a aborrecimentos de vulto e que vão muito além dos meros dissabores da vida em sociedade.

O cuidado com alimentos perecíveis, que não poderiam ficar em geladeira, e a própria disponibilização de higiene pessoal, por meio de banho com chuveiro elétrico, são dois simples exemplos que denotam a relevância do uso da energia elétrica.

Aliás, a constante utilização de aparelhos eletrodomésticos para as mais variadas finalidades não dá margem a dúvida sobre o assunto.

Nesse contexto, é indubitoso que ao ser exposta a autora a ficar por dias sem energia elétrica em imóvel que alugara sofreu severos abalos que consubstanciam danos morais passíveis de reparação.

Quanto à fixação dessa indenização, recorro aos critérios normalmente observados para tanto.

Assim, e levando em consideração a condição econômica das partes, o grau de aborrecimento havido e a necessidade de ressarcir-lo sem que se abra a possibilidade do enriquecimento sem causa, tomo a indenização em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) como adequada à hipótese.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir da presente data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA